

BERNARDO MANÇANO FERNANDES
LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS
MARIA IGNEZ PAULILO
(Orgs.)

Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas

O campesinato
como sujeito político
nas décadas de 1950 a 1980

volume 1



editora
unesp

5

ORGANIZAÇÕES RURAIS E CAMPONESAS NO ESTADO DO PARÁ

Gutemberg Armando Diniz Guerra

As organizações camponesas no estado do Pará são resultado de um longo processo de construção, em que inicialmente se confundem e disputam fazendeiros, agricultores e operários agrícolas. A definição de identidades demarcadas pelas diferenças de interesses de classe começa a ocorrer depois da década de 1950, por condições políticas e contradições que vão se definindo ao longo da história que remonta ao início do século XX e, no caso do Pará, continua inacabada. Neste artigo relatam-se as definições ocorridas pela oposição entre organizações filiadas à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI) e Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA). Utilizam-se, como base empírica, publicações dessas entidades, além de livros, artigos e noticiários de jornais. Evidencia-se a dificuldade de afirmação de uma identidade que se expresse em organizações rurais, em que pese a evidência de seu caráter empreendedor e político.

ANTECEDENTES DE ORGANIZAÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS RURAIS DO ESTADO DO PARÁ

A história das organizações rurais paraenses vem do início do século XX e deve ser considerada uma pista importante para compreender o vigor das disputas políticas entre entidades do patronato e de camponeses autônomos ou assalariados.

A primeira legislação brasileira que contempla os profissionais da agricultura e da indústria agrícola data de 1903, com o Decreto n.979 (Fuchtner, 1980). O começo da legislação trabalhista pelo campo se deve ao fato de termos, naquele momento histórico, uma sociedade eminentemente agrícola (Moraes Filho, 1978). Como a legislação não estabelecia a distinção entre operários e patrões, os 13 sindicatos fundados sob sua inspiração acabaram sob a hegemonia patronal, mas não tiveram longa duração. Em 1944, o Decreto n.7.038 estabeleceu o direito de organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, mas apenas oito deles foram efetivamente reconhecidos (nos estados de Pernambuco, Bahia e Santa Catarina). No Governo João Goulart, através das portarias 209-A e 355-A/20/11/62, estabeleceu-se a possibilidade de serem reconhecidos oficialmente os sindicatos, ocorrendo um surto de fundações de entidades até o golpe militar de março de 1964.

A historiografia dá conta de entidades representativas de categorias dominantes, embora nelas estivessem diluídas as categorias dominadas. A definição de categorias distintas e com interesses conflitantes vai se firmar ao longo dos anos 50, quando vão ficando claras as manipulações e incompatibilidades entre elas.

No Pará, o surgimento das organizações do mundo rural é ilustrativo desse fenômeno.

IDENTIDADES DIFUSAS ENTRE PATRÕES E TRABALHADORES NAS ORGANIZAÇÕES

No Pará, a hegemonia das primeiras organizações identificadas neste trabalho historiográfico era dos mais abastados, tanto antes quanto após a Segunda Guerra Mundial (Guerra, 2001). O patronato comandava o quadro institucional fundando sindicatos nas cidades ribeirinhas e nas povoações ao longo da ferrovia Belém-Bragança.

As organizações camponesas, ainda que existentes desde a década de 1930, apareceram marcando posição na historiografia nacional no período imediato da Segunda Guerra Mundial (Medeiros, 1989), quando o Partido Comunista viveu curto período de legalidade (1945-47) e em que organizações profissionais se assumiram com o caráter de representação de classe (Guerra, Marin, 1990).

Entidades com o nome de “associações de lavradores” marcaram a mobilização e a organização da categoria no Pará na década de 1950, quando o país recebeu os primeiros sopros da democratização. Registra-se impulso na criação dessas entidades nas regiões onde era maior a concentração de agricultores, articulados em uma estrutura de produção camponesa estável e tradicional. A pressão sobre a terra e o preço desvantajoso dos gêneros agrícolas provocaram uma movimentação de caráter reivindicatório, que

coincidiu com propostas políticas para o campo, como reforma agrária, financiamento da produção e assistência técnica. O nordeste paraense é o *locus* onde se encontram registros do surgimento das primeiras Associações de Lavradores Autônomos. Foram os seus presidentes que assinaram a ata de formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), versão estadual da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), criada em 1954, ilustrando o engajamento dos paraenses na discussão e momento nacional (Guerra, Marin, 1990). Demonstra igualmente a extensão da influência do Partido Comunista na disputa pela democratização da sociedade brasileira, uma vez que essa rede era praticamente expressão dessa organização política no país.

Sobre as primeiras associações de lavradores do Pará estabeleceu-se uma disputa: o Estado passou a atuar com vistas ao enquadramento dos sindicatos, a Igreja a organizar discussões sobre a produção e alfabetização e os partidos a imprimir orientação política nos debates em torno da terra e da justiça social no campo. A Região Bragantina experimentou os impactos do movimento dos trabalhadores urbanos. Suas ligações com a capital, pela estrada de ferro Belém–Bragança, permitiram uma circulação das mensagens políticas difundidas pelos ferroviários e estivadores.

A mobilização dos camponeses e os rumos dentro do sindicalismo sob controle do Estado corresponderam ao período de fins de 1960, quando se fundaram os sindicatos à beira da estrada Belém–Brasília.

A primeira fase de encaminhamento, com relativa autonomia de gestão e práticas das suas associações, teve como ponto importante a distinção das categorias que formaram seus quadros. Na ata de constituição da ULTAP, essa linha de discussão veio à tona: “A União dos Trabalhadores Agrícolas do Pará, ULTAP por abreviatura, já com existência de fato, pelos signatários destes Estatutos, é agora constituída de direitos, adquirindo personalidade jurídica”, rezava o artigo primeiro dos Estatutos publicados no *Diário Oficial do Estado do Pará*, número 18.187, de 28 de abril de 1956, assinado pelo Presidente Benedito Pereira Serra e datado de 12 de fevereiro do mesmo ano. Inspirada na Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e subordinada à ULTAB, a organização paraense constituía-se de: “1 – assalariado agrícola que não esteja filiado a sindicato rural; 2 – o lavrador pobre (pequeno proprietário agrícola); 3 – o lavrador médio (médio proprietário agrícola)”; e excluía os latifundiários: “4 – não será admitido como associado o latifundiário e seus herdeiros”. A incorporação de entidades como sindicatos e associações rurais à ULTAP, por sua vez, estava condicionada ao desejo explícito de “à base da luta, conquistar os direitos e reivindicações dentro dos pontos de vista difundidos pela ULTAB, mediante acordos especiais e por resolução de Assembléia Geral”. É um dos momentos, no caso das categorias rurais, da explicitação da demarcação do caráter conflituoso que assumirão, marca registrada da influência do Partido Comunista.

A Federação das Associações Rurais do Pará era presidida pelo Deputado Reis Ferreira. Fundada em 8 de setembro de 1951, deu origem à Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA), agregando os sindicatos patronais rurais a partir de 1965. Embora tentasse se identificar como liderança de proprietários e assalariados e pleiteasse benefícios em seu nome,¹ o deputado foi rechaçado pela liderança camponesa porque

não teve o menor escrúpulo de negar ao trabalhador rural da Amazônia todos os direitos e garantias consubstanciados no anteprojeto de lei elaborado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de conformidade com o parecer que apresentou, em 20 de maio de 1955, a pedido da Confederação Rural Brasileira, e que foi denunciado pela imprensa popular de Belém, de acordo com o recorte anexo aos memoriais de cada município (*Folha do Norte*, Belém, 14/02/1956, última página).

A Federação das Associações Rurais do Pará, comandada pelo patronato rural, pretendia preencher um espaço vazio de representação, embora a movimentação dos lavradores e trabalhadores agrícolas demonstrasse um crescente vigor político. Pode-se ler esse momento como o de emancipação de um sindicalismo trabalhista, que passou a se definir por divergência e ruptura entre lideranças camponesas e patronais. O sindicalismo de trabalhadores rurais se expandiu com a proliferação de entidades associativas em todo o estado, com uma concentração acentuada na Região Bragantina.

Em sua orientação básica, a ULTAB procurava dar um caráter legal à luta dos camponeses. As comissões de luta pela reforma agrária, surgidas no bojo da campanha nacional deflagrada em 1954, procuravam canalizar a ação sindical reunindo as conquistas parciais e propondo um comportamento estratégico que levasse a um governo nacionalista e democrático (Almeida, 1981). Aí estava a explicação para os limites criados para os assalariados e entidades que pretendessem se aliar à ULTAB. Estes não deveriam estar filiados a sindicatos rurais, e a incorporação desse tipo de entidade deveria se dar pelo desejo explícito de “à base da luta, conquistar os direitos e reivindicações dentro dos pontos de vista difundidos pela ULTAB, mediante acordos especiais e por resolução da Assembléia Geral”, rezava o estatuto. As forças políticas hegemônicas nessas entidades estavam convencidas de que, com esse modelo de condução política no campo, um governo popular e democrático poderia emergir com o apoio e influência majoritária dos assalariados e pequenos produtores agrícolas, deslocando o poder dos proprietários e da burguesia nacional.

No momento em que surgiu a ULTAB, a reforma agrária ocupava espaço importante no debate nacional. A I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Pará foi realizada por convocação da Comissão Paraense pela Reforma Agrária, em 13 de maio de 1955. Ocorreu

¹ *Folha do Norte*, Belém, 08/01/1956, última página.

em clima de ampla mobilização, dentro da legalidade e com apoio oficial. A Prefeitura de Belém forneceu transporte no trem que percorria o trecho de Bragança até a capital e alimentação no Serviço de Assistência e Previdência Social (SAPS). Nessa I Conferência, realizada no centro de Belém, na sede do Sindicato dos Estivadores, estruturou-se a Comissão para a Fundação da ULTAP, composta de delegados de Castanhal, Santa Isabel, Igarapé-Açu, Bujaru, Bragança, Capanema e Soure.² Ali se podia identificar praticamente a representação de sindicatos localizados no nordeste paraense, com exceção daquele de Soure, localizado na Ilha de Marajó. Alguns desses representantes cumpririam papel importante nos rumos das organizações e na memória do movimento. Benedito Pereira Serra, representante de Castanhal, foi o primeiro presidente da entidade e morreu em decorrência dos maus-tratos recebidos na prisão após o golpe de 64.

Outras conferências aconteceram, demonstrando uma atividade política que se articulava com outros estados da região e do país. Representantes da ULTAP estiveram presentes na II Conferência Agrária do Maranhão, em agosto de 1958. Até aquele momento, os paraenses tinham realizado “três conferências de nível estadual. Na primeira Conferência Estadual participaram 72 delegados. Na segunda, 85 e, na terceira, 522 representantes das 62 associações de lavradores existentes na zona bragantina” (Almeida, 1981). Os números são indicativos da atividade no setor. Braço da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, a Comissão Paraense publicou notas nos jornais, rádios e revistas, além de visitar os municípios para realizar debates e promover conferências.

A Igreja se fez presente por intermédio de religiosos, associados a militantes políticos, em encontros de agricultores como a Segunda Semana Ruralista de Ourém, realizada de 22 a 25 de janeiro de 1956. Os registros dão conta da participação do padre Miguel Giambelli ao lado do professor Bruno de Menezes, ligado ao Departamento de Cooperativismo e de Assistência Social Rural do estado, e de Humberto Fernandes dos Santos, para falar da Liga Agrária Católica e da Associação Rural.³ Além de técnico, Bruno de Menezes se notabilizou por sua obra literária de vanguarda e pela militância no Partido Comunista Brasileiro.

A Região Bragantina ou, de maneira mais abrangente, o nordeste do Pará possui uma história particular em relação ao movimento sindical. De ocupação considerada antiga em relação ao sul e sudeste paraense, e por se constituir em via de acesso para outras regiões do Pará, sofreu influências de um campesinato consolidado e dos migrantes que por lá tiveram passagem ao longo de sua história. Organizações de produtores lá existiam desde a década de 1950, assim como foi nessa região que se deu a produção

² *Folha do Norte, Belém*, 14/02/1956, última página.

³ *Folha do Norte, Belém*, 21/01/1956, 3ª página.

massiva de entidades oficiais na década de 1970. Os dados sugerem uma preocupação forte do Estado em estabelecer um controle imediato e efetivo sobre as representações trabalhistas na área.

O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, em 1961, fortaleceu a orientação da ULTAB no sentido de uma sindicalização que transformasse as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Sindicatos de Produtores Autônomos e Assalariados (Almeida, 1981). Os paraenses fizeram-se presentes no I Congresso Nacional, deslocando-se em caminhão cedido pelo secretário de Obras e Terras do Estado do Pará, o que mostra a efetiva participação dos camponeses do norte nos eventos e discussões nacionais sobre a questão agrária. Demonstra também a confluência de interesse entre Estado e sociedade civil. Esse interesse era expressão do controle de setores trabalhistas no aparelho de Estado, influência marcada pelo período varguista.

Reconhecendo a necessidade de fortalecer essa ação e divergindo da orientação dos comunistas, a Igreja propôs e instalou o Movimento de Educação de Base (MEB), no início da década de 1960, voltado para a educação radiofônica da população no nordeste paraense. Transmitia mensagens de caráter religioso e político, objetivando despertar o interesse dos trabalhadores do campo para os valores doutrinários e contrapor-se à ação das outras forças políticas. Segundo Raymundo Heraldo Maués, a diferença estaria na dosagem e coloração da formação política que pretendiam Igreja e partidos de esquerda engajados na atividade.⁴

Entidades políticas expressivas, como o PCB e a Igreja, ao se lançarem no campo e tentarem exercer uma orientação, reconheciam o potencial existente no meio, como elemento destacado nos processos de transformações das sociedades. O Estado, por sua vez, ainda que manifestando preocupações no discurso oficial desde muito antes, somente a partir de 1964 conseguiu estabelecer os parâmetros de controle para moldar o sindicalismo rural à imagem do que lhe convinha.

ESTADO, IGREJA, PARTIDOS E SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS NO PARÁ

As condições para que se efetivasse o controle do Estado sobre os sindicatos de trabalhadores rurais estavam maduras em 1964. Setores reformistas propunham uma aliança em que estava embutida essa proposta. Igreja e PCB fundaram entidades que buscavam o reconhecimento legal e o aval do Estado desde meados da década de 1950. O discurso de Getúlio Vargas prometendo o enquadramento do trabalhador rural e sua legalização foi

⁴ Entrevista a Gutemberg Guerra em 30/09/1988.

absorvido por amplas camadas. Forças políticas comandadas por ele propunham reforma agrária sob o comando do Estado, regulamentação das relações de trabalho e modernização da agricultura sem comprometimento da hegemonia do capital. De 1962 a 1964, o Governo João Goulart procurou obter o apoio do campesinato e reconheceu as suas organizações.

O golpe militar interrompeu esse processo e retomou com mão-de-ferro a política de sindicalização. Elaborou-se e discutiu-se o Estatuto da Terra. Sindicatos patronais e de trabalhadores foram reconhecidos oficialmente após o enquadramento em rigorosos regimentos exarados pelo Ministério do Trabalho. A principal característica desses regimentos foi a padronização e obrigatoriedade de adoção de todos os artigos propostos. Modificavam-se apenas o nome do município que identificava a área de abrangência do sindicato e os valores da contribuição que deveriam ser votados na assembléia de fundação. Os anteriores a esses ditames eram construídos conforme a perspectiva e o interesse de cada grupo, guardando, porém, a base municipal como área de abrangência.

A Federação das Associações Rurais do Pará, entidade patronal, transformou-se, em 1965, na Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA), enquanto as associações de colonos, lavradores e trabalhadores rurais passaram a ser Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Fundou-se, com sete sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (Castanhal, Alenquer, Capanema, Curuçá, Igarapé-Mirim, Santa Isabel do Pará e São Domingos do Capim), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI) em 1968. A Carta de Reconhecimento foi emitida três dias após, demonstrando a força e o controle de Jarbas Passarinho,⁵ então ministro do Trabalho, sobre sua base estadual.

O sindicalismo foi apropriado oficialmente e as organizações passaram a ter ações de apoio à política previdenciária do governo. As diretorias vacantes foram complementadas. Formou-se a cultura do sindicalismo previdenciário, assistencialista, preocupado com ações legais junto à Delegacia Regional do Trabalho, distante das questões discutidas nos 10 ou 15 anos que antecederam o golpe de 1964. A bandeira da reforma agrária foi banida pelo regime militar, vindo a ressurgir com a ênfase do controle dos camponeses na abertura política dos finais da década de 1970 e início da de 1980. Os governos militares apregoavam estar fazendo a maior reforma agrária do mundo, sob o pretexto de fazer ocupar 10 quilômetros de cada margem das novas estradas abertas na Amazônia.

⁵ Jarbas Gonçalves Passarinho nasceu em Xapuri, no Acre, e tem sua base política ancorada fortemente no estado do Pará, tendo sido governador do estado depois do golpe militar (1964-66) e senador em três mandatos (1967-83 e 1987-95). Foi ministro do Trabalho e Previdência no governo Costa e Silva, da Educação no governo de Emilio Garrastazu Médici, da Previdência no governo de João Figueiredo e da Justiça no governo de Fernando Collor de Melo.

A transformação das associações anteriores a 1964 e seu enquadramento não se deram imediatamente após o golpe. Desestruturadas as associações e enfraquecida a ULTAP, apenas 13 sindicatos foram criados em todo o estado do Pará até 1970. Entre 1971 e 1975, período do Governo Médici, identificado como o mais repressivo do regime militar, foram criados e reconhecidos 40% do total dessas entidades. Um novo surto dessa natureza só ocorreu em 1978 e 1979, sob o governo do general Figueiredo, tendo por ministro do Trabalho Murilo Macedo, em uma época marcada pela pressão popular por democratização. Nos anos 70, as organizações nasceram, consolidaram-se e cresceram com o apoio aberto dos órgãos públicos. Intervenções foram feitas para suprir as diretorias acéfalas e entidades esvaziadas, onde o *quorum*, por ocasião das eleições, não era suficiente para dar curso às atividades das organizações. Muitas lideranças sindicais – atemorizadas, intimidadas, presas – deixaram o exercício de seus mandatos. O Ministério do Trabalho, através de sua Delegacia Regional, supria os cargos vagos com interventores indicados do quadro social do sindicato, quando não de um funcionário do próprio ministério, designado para estabelecer o controle sobre a organização.

O estímulo à criação de sindicatos nos moldes propostos pela legislação era evidente. Um acordo entre o Projeto Rondon e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura foi realizado, em 1972, para criar ou consolidar nada menos que 29 sindicatos, conforme listagem existente na FETAGRI. Segundo o presidente da época, a FETAGRI não teria firmado um documento formal caracterizando o acordo.⁶ O apoio dispensado pelo Projeto Rondon foi assumido por ele como uma contribuição valiosa ao movimento sindical.

Verbas do Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural (Funrural) e do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps) eram destinadas a fortalecer a estrutura de assistência aos associados, forjando a prática sindical no malho de funções atribuídas ao Estado. Nesse sentido, os sindicatos assumiram a postura de repartições públicas. Essa prática foi tão difundida e arraigada que permanece presente e resiste ao debate sobre a manutenção ou não desses serviços, principalmente em se tratando do campo.

A formação de lideranças foi trabalhada estrategicamente pelo regime militar. Cursos sobre sindicalismo faziam parte da agenda da FETAGRI e do Ministério do Trabalho, que, junto com o American Institute for Free Development, ligado de modo indireto ao governo dos EUA, organizou cursos de formação sindical, atingindo em torno de 32.600 ativistas no país até 1974 (Oliveira, 1981). O conteúdo da maioria desses cursos apresentava um modelo de sindicalismo afinado com a pregação oficial.

A Igreja – ou as Igrejas, para não nos restringirmos aos católicos – têm sido lembradas em todo o processo de montagem dessa estrutura. Muitos

⁶ Alberone Lobato, entrevista a Gutemberg Guerra em 01/09/1988 (gravação).

sindicatos surgiram por inspiração de reflexões ocorridas com envolvimento de religiosos. Os entrevistados, assim como a literatura consultada, referem-se à ação dos Círculos Católicos (Fuchtner, 1980 e Almeida, 1981) e do Movimento de Educação de Base no processo da organização dos trabalhadores rurais. As interferências revelam posicionamentos políticos ora afinados com os interesses do Estado, ora com os da conquista de melhoria de vida pelos trabalhadores.

Lentamente, as discussões fundamentais dos camponeses voltaram a se inserir nos sindicatos. A posse da terra e a contradição entre patrões e assalariados retornaram à pauta das reuniões e recompuseram o sindicato como instrumento de luta. Os partidos políticos de esquerda e a Igreja tiveram papel destacado na reconquista do espaço de atuação política dos sindicatos, contra a visão do sindicato-apoio do Estado. Pouco a pouco, foram se formando grupos de oposição sindical e se promovendo encontros sobre a posse e o uso da terra, até assumir a direção da FETAGRI, em 1987, com uma perspectiva do novo sindicalismo apreçoado por forças políticas diversas das que ocuparam por vários anos o aparelho organizativo.

Em 1978, o I Encontro reuniu apenas 38 lavradores de dois municípios, tendo sido tiradas algumas linhas de ação para a unificação das lutas: tomada dos sindicatos e luta para fixar o agricultor na terra. Em 1979, o II Encontro reuniu 88 trabalhadores de nove municípios. Os pontos de unidade foram mais consistentes: comemoração do 25 de Julho, luta pela tomada dos sindicatos, articulação com trabalhadores de outras regiões e estados, tarefa de discutir com os trabalhadores do campo as lutas da cidade. Foi ainda tirado um Manifesto à População, divulgado no Brasil inteiro (Cunha, 1980).

Esse é um relato dos Encontros de Trabalhadores Rurais da Região Tocantina, realizado em Cametá, no Pará. O III Encontro, de 19 a 21 de abril de 1980, reunindo 120 trabalhadores de 18 municípios, é fruto desse trabalho anterior e mostra o grau de consciência do movimento.

Houve outros esforços, em outras áreas, para dar início, nos sindicatos, a uma direção política diferenciada daquela imposta após 1964. Em Santarém, formou-se, a partir de 1976, um grupo de trabalhadores identificados como Corrente Sindical Lavradores Unidos. Concorreu às eleições de 1977, perdendo, e às de 1980, saindo vitorioso. Mantinha um jornal, lançado em 1º de maio de 1979, o *Lamparina*, que divulgava a linha de ação da Corrente Sindical (Vital, 1980). Apoiados pela FASE e pelo MEB, encaminharam discussões teóricas sobre o movimento sindical e sobre mudanças na sociedade brasileira. Inicialmente envolvendo questões dos assalariados e posteriormente a luta dos posseiros e pequenos proprietários, o STR de Santarém transformou-se em instrumento do movimento sindical dos trabalhadores rurais do Pará (Marin, 1984).

Em Conceição do Araguaia, em 1980, foi criada a Oposição Sindical com o intuito de “retomar seu sindicato, desde 1974 entregue às mãos de

um interventor nomeado pelo Exército”.⁷ Mesmo enfrentando situações de conflitos graves, com vítimas de morte, a concepção que o movimento sindical apresentava era legalista, como se pode concluir de trecho de documento elaborado pela Contag em 1974:

A CONTAG, através das Federações e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, na sua função de estudo e defesa da classe e como colaboradora do Poder Público, tem procurado alternativas viáveis de solução que fixem o trabalhador à terra e lhe dê as necessárias garantias de produção e elevação de sua condição humana (Contag apud Ianni, 1979, p.150).

Enquanto os trabalhadores rurais cresciam em organização, a violência era exercida inúmeras vezes, tentando intimidá-los. O Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM) foram criados, em 1980, para atuar na região, constituindo-se numa intervenção política do Estado, desfavorável aos trabalhadores rurais e às organizações que lhes davam apoio (Monteiro, 1980).

A contestação às ações de expulsão e grilagem obteve apoio de outros segmentos da sociedade. Em 1975, a Comissão Pastoral da Terra foi criada e se constituiu em aliado fundamental dos camponeses nas denúncias contra ações de empresas e fazendeiros. Nela, militavam advogados, religiosos e universitários em confronto aberto contra a ditadura militar e os latifundiários. Em 1978, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, fundada a partir do apoio aos posseiros envolvidos na morte do fazendeiro americano John Davis,⁸ passou a editar o jornal *Resistência*. Nele, eram efetuadas denúncias de violência no campo e debates sobre questões políticas vividas no país, constituindo-se em fonte de registro das organizações políticas de esquerda e da ação da Comissão Pastoral da Terra no Estado do Pará.

Em abril de 1980, em Belém, dos dias 4 a 6, realizou-se o I Encontro Estadual de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical. Ocorreria, pouco depois, um encontro nacional de mesmo teor (Cunha, 1980). Nele, ficou evidente a diferença de posições entre a Unidade Sindical e a Oposição Sindical, que estava baseada na proposta de tática adotada para a tomada dos sindicatos. Os partidários da Unidade Sindical propunham que seus militantes estivessem no movimento, trabalhassem sistematicamente e compusessem as diretorias juntamente com os pelegos, fazendo-os avançar em propostas tiradas em assembléias. A Oposição Sindical pregava a formação de grupos que se opusessem aos colaboracionistas, disputassem as eleições e tomassem os sindicatos, sem aliança de tipo algum.

⁷ A Oposição Sindical conclama o apoio de todos os democratas, in *Resistência*, ano III, maio de 1980, p. 15.

⁸ Como nasceu a sociedade, in: *Resistência*. Ano I, março 1978, p.3.

A truculência dos setores dominantes em contraposição aos trabalhadores rurais, em particular aos posseiros, tinha em vista desestimular as organizações. Lideranças sindicais eram assassinadas e ameaçadas de morte. Padres eram perseguidos⁹ (*O objetivo*, 1980). A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunindo 250 bispos, entre os dias 5 e 14 de fevereiro de 1980, em Itaici, São Paulo, lançou o documento “A Igreja e a posse da terra”, que se constituiu em baliza da luta dos trabalhadores rurais e da atuação dos padres.¹⁰

A tomada dos sindicatos por militantes de esquerda e o fortalecimento das bases foram condições para chegar à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará, a FETAGRI. Essa inflexão ocorreu na eleição de 17 de fevereiro de 1987, com uma diferença de apenas três votos. Quase 10 anos depois de criada, a oposição sindical chegou à FETAGRI para implantar uma política coerente com o que vinham propondo os sindicatos em suas bases.

Muitos problemas herdados da prática e do modelo de sindicalismo que vinha sendo executado foram enfrentados pelas novas diretorias. O assistencialismo foi combatido, embora a carência em relação aos serviços de saúde e educação fosse tão acentuada que o esforço para vencer a visão torcida se redobrou.

O estado do Pará contava, em 2006, com sindicatos de trabalhadores rurais em quase todos os seus 143 municípios (exceção para Belém, Marituba e Quatipuru). Os novos municípios criados se mobilizaram para o desmembramento e instalação de suas estruturas. Alguns fundaram os seus sindicatos e aguardaram implantação das prefeituras para entrar no Ministério do Trabalho com a petição de reconhecimento.

A Nova República, surgida de movimentação popular intensa, sob bandeiras clamando por eleições diretas, Constituinte, anistia política e reforma agrária, envolveu os sindicatos em suas teias burocráticas, em que pese a postura diferente daquela dos governos militares. A Constituinte deu, em 1988, ao país uma Carta pouco promissora em relação ao campo. A prática dos ministros e órgãos herdados dos governos anteriores tem sido tão ou mais emperrada e imobilista no que se refere ao encaminhamento de uma verdadeira reforma agrária. Os sindicatos de trabalhadores rurais, para garantir o pouco que a pressão dos camponeses fez avançar, acamparam e ocuparam instituições públicas, denunciaram manobras, assumiram tarefas de caráter técnico e de apoio à demarcação dos lotes, organização de parte burocrática e de legalização. O Estado desapropriou áreas mediante indenizações compensadoras, sob acusações de vultosas negociatas, a ponto de se levantarem propostas para convocar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que não se realizou. Um dado é incontestável: a formatação

⁹ O objetivo da repressão era prender o padre Aristides, in: *Resistência*, ano III, julho de 1980, p.2.

¹⁰ A injustiça institucionalizada, in: *Resistência*, ano III, 7 de março de 1980, p.16.

das disputas no campo se deu em dois pólos: o de empresas agrícolas e latifundiários em contraposição a trabalhadores rurais identificados como posseiros, pequenos proprietários de terra e assalariados.

E OS MÉDIOS PROPRIETÁRIOS, ONDE E POR QUEM SE FAZEM REPRESENTAR?

Existe uma faixa de produtores cuja disputa por representação só se definiu a partir dos anos 90. Os pequenos proprietários, historicamente, se organizaram em associações, uniões, ligas ou sindicatos de trabalhadores rurais, misturando assalariados, posseiros, arrendatários e outras categorias comuns ao meio rural. As diferenças de interesse entre essas categorias sempre criaram dificuldades nos momentos mais agudos e que implicassem em decisões políticas. A característica de contar ou não com empregados é geralmente associada ao tamanho da propriedade e volume de capital gerenciado, assim como a fatores culturais que findam por constituir categorias distintas. O tamanho da propriedade, porém, nem sempre define o volume de capital nela empregado, nem o comportamento do proprietário, o que deixa flexível o limite entre o patrão e o não-patrão. De fato, o maior problema é o do peso da representação política, que pressupõe um corpo de associados ou de representados que emprestam à entidade uma legitimidade em nome da qual ela age e se comporta. Embora minoritários, politicamente desorganizados e geograficamente dispersos, os empresários rurais e fazendeiros faziam parte de uma categoria de peso específico pouco aparente e reduzida numericamente. A demonstração de sua força se expressou em momentos críticos, como foi o caso da União Democrática Ruralista, entre 1985 e 1991, como demonstrou Fernandes (1999).

Pela necessidade de reforçar sua representatividade, uma larga faixa de agricultores e pecuaristas, que se situam entre a pequena produção familiar e a empresa agropecuária capitalista, foi disputada pelos sindicatos de trabalhadores rurais e sindicatos patronais, por meio de estratégias as mais variadas.

A criação massiva de Sindicatos de Produtores Rurais no Pará, substituindo os Sindicatos Rurais, nominação vaga e usual das entidades patronais, permite levantar a hipótese de uma nova estratégia de recrutamento e de fortalecimento do quadro social: disputar os pequenos e médios proprietários rurais em crise de identidade de classe, associando-os à categoria de “produtores rurais”, sedimentando uma cultura de fazendeiros-empresários modernos, ativos, organizados e legitimados por um quadro social definido e mobilizável. Para demonstrar isso, servimos-nos de dados colhidos no Pará, tanto entre as entidades patronais como entre os pequenos proprietários e associados dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

A partir de 1990, quase todas as organizações patronais criadas no Pará adotaram o nome de Sindicatos de Produtores Rurais. De listagem obtida junto à FAEPA, verifica-se como exceção apenas o sindicato de produtores rurais de Paragominas, fundado em 20 de março de 1976. O novo nome se explica pela fusão do antigo Sindicato Rural com a Associação Rural, ocorrida em 16 de março de 1997.¹¹ O sindicato de Óbidos, ao contrário, tendo sido fundado em 23 de junho de 1991, porta o nome de Sindicato Rural, embora o de Medicilândia – o primeiro que aparece com o novo modelo de nomeação – tenha sido fundado no ano anterior. Segundo a FAEPA, deve-se atribuir a esse fato uma característica dos momentos de transição, em que pesou a denominação mais usada na época.¹²

Entre os associados da FAEPA encontramos ainda o Sindicato Paraense de Pecuária de Corte (SINDICORTE), fundado em 14 de janeiro de 1994, contando com 54 sócios. Como indica a sua denominação, propõe-se a uma jurisdição em todo o estado, delimitando uma especialização dos seus representados. Seus associados são fazendeiros, criadores de gado de corte. No mesmo ramo, o Sindicato da Indústria da Carne e Derivados do Estado do Pará agrega frigoríficos, indicando que uma linha de organização por atividade se estrutura no setor. A participação dos pecuaristas nas organizações patronais do Pará é notável desde a década de 1940. O estudo de Fernandes (1999) sobre a União Democrática Ruralista (UDR) revela os níveis de sua influência durante todo o processo de ocupação da Amazônia e de constituição das classes patronais do Pará. Essa característica fica diluída nos termos que intitulam os sindicatos, mascarando qualquer tipo de especialização.

Existe uma relação entre a mudança dos nomes das entidades e as estratégias da categoria ou de quem a comanda. O advento dos governos militares marcou o ordenamento jurídico e o controle das organizações representativas, estivessem elas no campo dos fazendeiros-patrões ou dos trabalhadores rurais não-patrões, a partir de então denominadas de sindicatos em vez de associações.

A mudança de denominação de Associações Rurais para Sindicatos indicava a intenção governamental de estabelecer diretrizes profissionalizantes segundo um modelo de organização do trabalho. Essa mudança ocorreu no regime militar. Já a mudança de Sindicatos Rurais para Sindicatos de Produtores Rurais ocorreu em momento de distensão política, após a Constituição de 1988, com os civis no poder. A mudança de nome é identificada por alguns autores como o prolongamento das táticas da UDR, que incluiu na sua proposta o termo reforma agrária como um capítulo da política agrícola e mudou a denominação de “proprietários de terras” para

¹¹ Ofício FAEPA n.144/98, de 25 de junho de 1998.

¹² Ofício FAEPA n.144/98, de 25 de junho de 1998.

a de “produtor rural” (Silva, 1988). Essa estratégia pode ser objetivada não apenas pela observação das mudanças de nomes das organizações, mas pela intensificação de sua proliferação e cobertura geográfica no estado. Indica a mudança na natureza da representação patronal, composta anteriormente de poucos membros filiados para diretorias constituídas regionalmente, representadas por personalidades notáveis.

O novo paradigma de entidades constituídas por uma base participativa, por um quadro social amplo e por uma categoria mais concreta, define os novos parâmetros do investimento das classes patronais. Contrariando a tese de que as categorias dominadas tendem a assumir padrões das classes dominantes, nesse caso são os patrões que assumem formas de militância política e de representações forjadas na democracia e pelo novo sindicalismo.¹³ A eficiência política da sociedade civil no processo de democratização do país e, no caso dos STRs, a legitimidade que conseguiram expressar através de mobilizações frequentes impõem aos seus concorrentes um paradigma de legitimação. Ter ou não ter base social é o ponto determinante dessa legitimidade, ou, pelo menos, é um ponto importante no jogo político.

A lógica e o ritmo de criação dos sindicatos patronais não obedeceram, no início, ao mesmo diapasão dos sindicatos de trabalhadores rurais. O Pará passou, de 1970 a 2000, por um processo de ordenamento territorial intenso, que interferiu diretamente no comportamento das organizações representativas. Contando com 143 municípios, incluindo-se Belém, a capital, onde tradicionalmente os trabalhadores rurais não estão representados, os processos de criação, emancipação e desmembramentos continuam em andamento.

O público visado na nova estratégia dos Sindicatos Patronais são os pequenos e médios produtores, proprietários de 150 a 300 hectares, geralmente em crise de identidade com os sindicatos de trabalhadores rurais, onde as questões trabalhistas tendem a proteger os posseiros, os sem-terra, os assalariados e os pequenos produtores, estes também suscetíveis ao assalariamento temporário. Com o argumento de que proprietários, pequenos, médios ou grandes, pertencem à mesma categoria profissional, o investimento das organizações patronais tem obtido sucesso. De 17 sindicatos filiados à Federação da Agricultura em 1981, eles passaram a 27 em 1988, a 107 em 1997 e a 129 em 2006, notando-se uma intensificação de fundações de sindicatos de pequenos e médios proprietários que se sentiam excluídos das organizações sindicais sob forte influência do Partido dos Trabalhadores. A conseqüência desse fortalecimento da representação dos sindicatos patronais no Pará tendeu a fazer voltar no tempo uma organiza-

¹³ O novo sindicalismo ou sindicalismo autêntico se caracteriza por seu caráter reivindicativo e por propostas discutidas e alimentadas por um quadro social amplo. “A particularidade que marcou a corrente dos autênticos foi a sua capacidade de absorver as pressões das bases e conduzi-las pelo interior do aparelho sindical” (SADER, 1988, p.182).

ção que tinha conseguido expandir suas bandeiras de lutas no conjunto da sociedade, estreitando o campo das reivindicações ao campo econômico.

A FAEPA adotou, a partir de 1990, a mesma política da FETAGRI de criar uma unidade sindical por município, segundo orientação da legislação em vigor, conforme pudemos deduzir pelos dados levantados. A novidade da criação dessas entidades não se encontra somente na sua intensidade e na nova conformação do quadro social – basicamente de produtores médios. Fato notável é que esse processo de mobilização tem ocorrido em um quadro diferente daquele em que se deu a movimentação da UDR. Não existem declarações na imprensa sobre esse processo que vem ocorrendo de maneira sistemática, silenciosa e longa.

Quadro 1. Evolução dos números de municípios, Sindicatos patronais e Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Estado do Pará, 1950-2006.

ANO	Nº de Municípios	SR e SPR	STR
1960	60	8	–
1970	83	10	13
1980	83	17	72
1990	105	32	100
1998	143	107	129
2006	143	125	140

Fontes: IBGE. Censos Gerais de 1950 a 1990 e contagem 1998, Arquivos da FAEPA, FETAGRI, CUT e DRT Pará. Dados organizados por Gutemberg Guerra.

Presente em 112 municípios por meio de sindicatos legalmente constituídos e com oito comissões provisórias, a FAEPA cobre 120 municípios com sedes de entidades patronais. Por enquanto, algumas entidades servem a mais de um município, o que é perfeitamente compreensível, dadas as dimensões do estado e a rarefação dos produtores dessa categoria no espaço geográfico. Com uma base constituída de 10.693 associados em 1997, computados pelos sindicatos já criados e com um contingente considerável sendo mobilizado pelas entidades em via de efetivação, a FAEPA pretendia a curto e médio prazo dobrar este número.¹⁴ Verifica-se uma tendência a buscar legitimidade na efetivação do quadro social, diferentemente do que ocorreu no período de manifestações da UDR, quando a tática era declarar números superestimados dos associados para impressionar e intimidar os seus opositores (Fernandes, 1993, p.38). Os surtos de criações de entidades patronais, superando a dinâmica das entidades de trabalhadores, pelo que

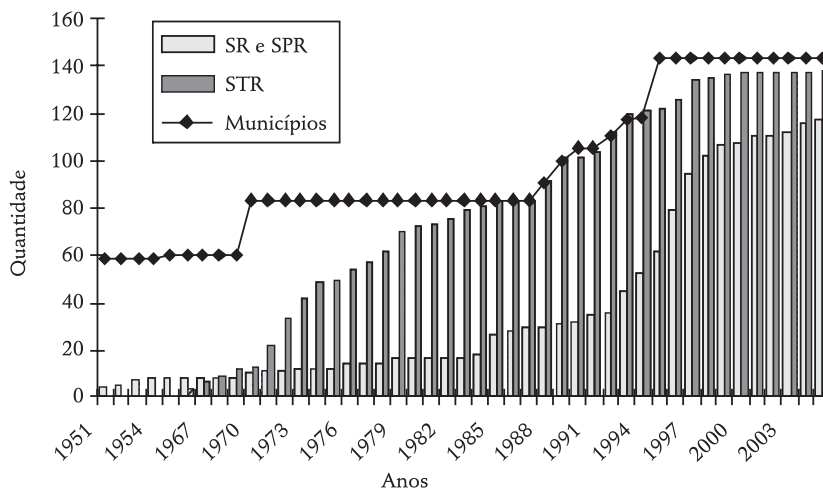
¹⁴ Ofício FAEPA n.109/98, de 27 de março de 1998. Naquele momento existiam 12 Comissões Provisórias pró-fundação dos Sindicatos de Produtores Rurais, 95 Sindicatos fundados, sendo trinta com o nome de Sindicatos Rurais, 64 com o nome de Sindicato de Produtores Rurais e um Sindicato Paraense de Pecuária de Corte.

se conseguiu levantar, dão indicações históricas significativas. Nota-se um pico entre 1986 e 1989, quando as disputas pela Constituinte projetaram no cenário político nacional a questão agrária. Outro surto ainda mais vigoroso é identificado entre 1992 e 1997, quando a tônica é a disputa pelo crédito rural oferecido pelo Fundo Constitucional do Norte (FNO). A FAEPA reúne outras organizações especializadas de nível estadual como o Sindicato Paraense de Pecuária de Corte, o Sindicato dos Aquicultores do Estado do Pará (SINAQUIC), o Sindicato de Criadores de Caprinos e Ovinos do Pará (SINDCCOPA), o Sindicato dos Produtores de Palmáceas Econômicas do Estado do Pará (SINDPALMA) e o Sindicato dos Criadores de Peixes Ornamentais e de Consumo, de animais terráneos, de animais silvestres para ornamento, aves, répteis, batráquios e anfíbios para ornamento e consumo, de plantas ornamentais, medicinais, extratos e ervas do Estado do Pará (SINDFAUNA).

Quanto aos STRs, em 2006, eles são em número de 140, sendo a maioria historicamente filiados à FETAGRI, filiação que não define uma posição ideológica, posto que é tradição que todos a ela estejam associados. Desses sindicatos, 119 estão filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), demonstrando uma opção dos STRs por uma filiação à esquerda, assim como uma influência efetiva no corpo desta central que conta, no seu total, 186 entidades filiadas no estado do Pará. Ou seja, os STRs representam 64% do total das entidades que compõem a CUT no Pará. A importância deste dado é que, por exclusão, pode-se ter uma idéia dos STRs que estariam sujeitos ou vulneráveis às investidas das organizações patronais ou de partidos de direita. A vinculação à CUT é um indicador de proximidade do Partido dos Trabalhadores. A não-adesão à CUT indica uma resistência ou, uma oposição à prática sindical do então chamado novo sindicalismo, sindicalismo autêntico, ou, mais definidamente do ponto de vista ideológico, do sindicalismo contestador do Estado.

O termo rural, embutido tanto nas denominações das entidades patronais quanto nas de trabalhadores, abriga categorias difusas, misturando proprietários e posseiros, empresas e unidades familiares, arrendatários e parceiros, oleiros, carpinteiros, professores rurais e assalariados desempenhando diversos níveis de atividades que possuam algum nível de fricção com a atividade agrícola. A negação do caráter de classe começa desde a criação das primeiras organizações profissionais no Brasil, quando se tentava evitar a explicitação da diferença de interesses entre as categorias profissionais. Para as entidades patronais, a inclusão do termo “produtores” requalifica a relação dos proprietários com o campo e agrega um conteúdo simbólico à disputa pela representação dos médios proprietários, como demonstrado anteriormente. Para os camponeses e agricultores familiares, a categoria trabalhador rural com a amplitude que lhe foi dada dificulta a construção de um grau de coesão e exhibe uma complexidade acentuada na

Gráfico 1. Número de Municípios, de Sindicatos Patronais e de Trabalhadores Rurais fundados entre 1951 e 2005



Fontes: IBGE. Censos gerais de 1950 a 1990 e contagem 1998, Arquivos da FAEPA, FETAGRI, CUT e DRT Pará. Dados organizados por Gutemberg Guerra.

gestão dos interesses dos seus representados. A denominação identitária é um elemento importante no processo de consolidação das organizações e as lideranças de ambos os lados estão atentas a esse aspecto.

A IDENTIDADE REVELADA PELA DISPUTA POR TERRA E CRÉDITO RURAL

Sindicatos de Trabalhadores Rurais opunham-se aos sindicatos patronais, imobilizados durante a maior parte do período mais recente (1951-86) pelos baixos contingentes de associados e por um individualismo histórico presente no setor. Mobilizavam-se nos momentos de pico das ameaças de redistribuição fundiária, quando os interesses se chocavam explicitamente no ataque e na defesa da propriedade e na manutenção da estrutura fundiária concentrada e desigual. O quadro mudou na década compreendida entre 1994 e 2004.

Para atender a demandas de caráter mais imediato, sindicatos patronais surgem a partir da concessão do crédito oriundo do FNO. Em áreas em que o assalariamento agrícola é mais acentuado como no Nordeste, Sul e Sudeste do país, ou mesmo no nordeste paraense, onde a ocupação é mais antiga e as empresas agrícolas estão presentes, existe uma tendência à formação de sindicatos de assalariados por cultura (das empresas plantadoras de café, de citrus, de dendê, de cacau etc.). Nesses casos, o sindicalismo passa por uma

fase de organização intensa para, em seguida, chegar a articulações com outras entidades de assalariados, em centrais sindicais, no estado e no país.

A pressão feita sobre os bancos oficiais por crédito originou a possibilidade concreta de financiamentos coletivos, exigindo para isso a organização de associações. Multiplicaram-se os grupos de produtores formalizados conforme os requisitos bancários. As associações de médios e pequenos produtores, formadas por comunidades ou grupos de interesse, tiveram ampla e ativa participação dos sindicalistas na sua orientação.

Em Altamira, em 1997, muitas das associações de produtores rurais estavam credenciadas no Banco da Amazônia, BASA, por um aval do sindicato ou do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST). As que se encontravam fora desse guarda-chuva sentiram dificuldades de negociar o crédito de recursos do FNO, segundo informações dos dirigentes da União Ruralista das Associações de Produtores Rurais da Região de Altamira (URAPRA). Isso teria sido a justificativa para que essa entidade fosse criada em oposição ao MPST. Os dados colhidos junto ao BASA, MPST e à URAPRA, em 1997, analisados em conjunto, põem essa afirmação em xeque. Listadas 29 entidades associadas ao MPST, contando 6.971 associados, vinte (30% do total) eram associações de produtores ou cooperativas, somando 3.043 membros. As outras nove agregavam artistas, comerciantes, professores. A URAPRA tinha 26 associações filiadas (correspondendo a 40% do total do universo), contando 3.187 membros, todas elas cooperativas ou associações de produtores.

Essa clara polarização entre sindicatos e associações ligadas ao MPST e outros à URAPRA, em Altamira, permitiu a visualização de estratégias dos sindicatos de trabalhadores rurais e patronais nas disputas por um público intermediário, indeciso ou não alinhado em uma ou outra agremiação.

Em Marabá não se encontrava a mesma condição para tal visualização, embora houvesse indícios de que o mesmo estivesse ocorrendo. Realizando entrevistas sobre a percepção dos sindicalistas em relação ao campo dessa disputa, as respostas eram de desaprovação e desgosto à criação de sindicatos de produtores rurais, envolvendo esse público intermediário dos sindicatos de trabalhadores e patronais. No STR de Marabá, a direção nos apresentou uma listagem com 52 associações de produtores existentes no município. Indagando sobre a filiação dessas entidades, verificou-se que existiam alianças circunstanciais, diferentemente do que ocorria em Altamira. Ou seja, associações identificadas pelo STR como afinadas politicamente com as classes patronais solicitaram e obtiveram o aval do Sindicato de Trabalhadores Rurais para os empréstimos bancários. No BASA de Marabá obtivemos uma lista das entidades beneficiárias do crédito rural, porém a filiação dessas não pode ser revelada pelo banco. Como não existem entidades federando organizações de produtores como em Altamira, esse quadro é mais difuso em Marabá, exigindo outro tipo de tratamento metodológico,

que permita delimitar os campos de influência de uma e outra categoria. No BASA de Altamira verificamos, em 1997, a existência de vinte outras associações credenciadas, independentemente do MPST ou da URAPRA, somando um total de 66 entidades constituídas exclusivamente de produtores rurais na região, ou seja, 30% a mais do total que a soma das declaradas filiadas àquelas federações. Das que se habilitaram ao crédito, entretanto, 41 entidades o obtiveram junto ao Banco da Amazônia, sendo 13 ligadas ao MPST, 10 à URAPRA e 18 sem nenhuma ligação declarada a uma ou outra federação, o que indica aproximadamente um espaço de pelo menos um terço das entidades a ser disputadas politicamente por essas federações.

O que se pode verificar é que o domínio político das organizações ligadas ao MPST e a seus opositores acastelados na URAPRA ainda não estava definido a favor de nenhum dos dois campos, uma vez que, pelo menos um terço das organizações de pequenos e médios produtores não declara filiação a nenhuma das duas correntes. Esses campos de influência se apresentam muito bem delimitados. Não se encontrou nenhum caso de dupla filiação ao MPST e à URAPRA simultaneamente, demonstrando a exigência de exclusividade do alinhamento. Outro mito que fica desfeito com esses dados é o de que apenas as entidades ligadas ao MPST teriam acesso ao crédito fornecido pelo FNO, conforme pressões e compromissos feitos pelo BASA quando das manifestações nos Gritos do Campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade dos camponesas no Estado do Pará vem se delineando desde o início da década de 1950 por oposição às categorias patronais materializadas em suas entidades. Se pequenos e grandes definiram suas diferenças na década de 1950, estabeleceu-se uma configuração diferenciada da disputa entre entidades patronais e de trabalhadores pelo público intermediário entre elas. Trata-se da representação dos médios proprietários rurais até então passíveis de ser associados em uma ou outra categoria ou entidade. Nessa disputa, ganham terreno os sindicatos de produtores rurais, denominação atualizada dos sindicatos patronais. Essa apelação coloca em relevo o caráter econômico da categoria e de suas reivindicações, escondendo, de outro lado, o caráter especulativo e estigmatizado de grandes proprietários de terras e latifundiários.

O antagonismo com os pequenos proprietários e outras categorias profissionais dominadas se estabelece por uma qualificação positiva, delimitando uma fronteira entre produtores e não-produtores.

O resultado dessa estratégia é a constituição de uma base social sólida, legitimando quantitativamente os sindicatos patronais, estabelecendo uma imagem positiva da categoria e enfraquecendo a representação campones-

sa pela adesão de uma faixa de camponeses, anteriormente indecisa nos campos político e sindical.

Continua polarizada e bem definida a posição de fazendeiros e de posseiros, principalmente no que se refere ao discurso das lideranças mais expressivas das entidades patronais e trabalhistas. Algumas indefinições persistem, uma vez que são pleitos de diferenciação de ambas as representações. Ser proprietário de terras não é excluyente para que alguém seja sindicalizado em sindicatos de trabalhadores rurais. O reconhecimento desse estatuto, no estado do Pará, passa pela posse da terra em condições históricas de disputas com o latifúndio. Posseiros e proprietários de estabelecimentos produtivos pela mão-de-obra familiar, com tecnologia rudimentar e simples, são pleiteados por organizações patronais e de trabalhadores rurais. É esse público que continua sendo disputado por ambas as categorias e que se constitui, ele mesmo, em um campesinato em processo de construção.

Minoritários, mas efetivos e eficazes na disputa por espaço político, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), surgiu no Pará em 1991 e se faz representar com um percentual de menos de 10% dos assentamentos e acampamentos existentes no estado. Possui estratégia diferenciada de condução dos seus comandados, mas pode ser considerado no bojo das forças que compõem o histórico das disputas por terra e tecnologia, características fundamentais do sindicalismo paraense.

A Constituição de 1988 foi um marco no ressurgimento e recrudescimento da disputa pela terra, refletindo-se nas organizações profissionais, conforme mostram os gráficos. O seu anúncio detona a busca por formalizações de sindicatos, reforçando os mecanismos de mediação e da necessidade de delimitação de interesses diferenciados e contraditórios entre os próprios camponeses. Esse é um indicador de que as organizações sindicais no campo ainda têm muito a aprimorar nos seus mecanismos de representação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. W. B. *Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão*. São Luís, CPT Maranhão, 1981 (Série “Transformações econômicas e sociais no campo Maranhense”, n.5).
- CONTAG: Problemática dos Posseiros, Reforma Agrária, ano IV, n.112. Brasília, 1974, p.2-9., in: IANNI, O. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- CUNHA, H. Camponeses descobrem os operários. In: *Resistência*, Belém, SPDDH, ano III. Junho 1980, p.9.
- CUNHA, H. (a) Encontro Estadual de Trabalhadores. Forçando a abertura de Figueiredo. In: *Resistência*, Belém, SPDDH, ano III, maio 1980, p.2.
- FERNANDES, M. *Donos de terra. Trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR*. Belém, UFPA/NAEA, 1999.

- _____. *Estrutura fundiária e atuação política dos donos de terras no Pará: uma abordagem sobre a União Democrática Ruralista – UDR*. Belém, 1993. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.
- FUCHTNER, H. *Os sindicatos brasileiros: organização e função política*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- GUERRA, G. A. D., MARIN, R. E. A. Das Associações de lavradores aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – O caso do Pará. *Cadernos do CEAS*. Salvador, mar.-abr., 1990, p.47-56.
- _____. A importação de tecnologias no processo de enriquecimento das categorias rurais do Pará. In: *XXI Simpósio Nacional de História. A História no Novo Milênio: Entre o Individual e o Coletivo*, 2001, Niterói. Livro de Resumos. Niterói: ANPUH, 2001, p.86.
- IBGE. *VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950*. Estado do Pará. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, IBGE, 1956. Série Regional, V. X, T. 1.
- _____. *Censo Demográfico 1991*. Resultados do Universo Relativos às características da população e dos domicílios. N.7. Pará. Rio de Janeiro, FIBGE, 1994.
- _____. *Censo Demográfico Pará*. VIII Recenseamento Geral 1970. Serie Regional, V. I; T. IV. Rio de Janeiro, FIBGE, 1973.
- _____. *Censo Demográfico. Dados Gerais*. Migrações, Instrução, Fecundidade, Mortalidade. Pará. IX Recenseamento Geral do Brasil. V. I; T. 4, N°. 6. Rio de Janeiro, FIBGE, 1983.
- _____. *Censo Demográfico de 1960*. Acre – Amazonas – Pará. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional, V.I; T. II, 1a. parte. Rio de Janeiro, IBGE, set/1967.
- MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MONTEIRO, B. GETAT e GEBAM, instrumento de anti-reforma agrária. In *Resistência*, ano III, maio de 1980, p.19.
- MORAES FILHO, E. *O problema do sindicato único do Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1978.
- OLIVEIRA, M. A. Sindicatos e o Regime Militar. In: *Jornal Movimento*, Ed. Especial, 24, 30/08/1981, Pinheiros, 1981.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SILVA, J. G. Ao vencedor as batatas: as implicações da vitória da UDR na constituinte. *Ensaios e Debates*, 18-20, ago/nov, 1988.
- VITAL, J. A grande vitória dos trabalhadores unidos. In: *Resistência*, ano III, junho de 1980, p.9.